

No. 47235

—
**Brazil
and
Peru**

Supplementary Agreement in the area of natural resources and the environment to the Basic Agreement on technical and scientific cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru. Brasilia, 20 August 2004

Entry into force: *3 May 2006 by notification, in accordance with article XI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

—
**Brésil
et
Pérou**

Accord complémentaire dans le domaine des ressources naturelles et de l'environnement à l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou. Brasilia, 20 août 2004

Entrée en vigueur : *3 mai 2006 par notification, conformément à l'article XI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO COMPLEMENTAR NA ÁREA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE
AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO PERU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em 8 outubro de 1975;

O Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, assinado em novembro de 1975.

Que existe interesse comum em acelerar o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, com base no melhor aproveitamento de seus recursos naturais.

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo Complementar tem por objetivo estabelecer as bases e os mecanismos de cooperação interinstitucional, como parte do processo de integração subregional, a fim de contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos naturais renováveis de ambos os Países com vistas a promover o desenvolvimento social e econômico, preservando o meio ambiente e os ecossistemas amazônicos.

ARTIGO II

1. O Governo do Peru designa:
 - a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional – APCI, como responsável pela coordenação, seguimento e avaliação das ações resultantes do presente Acordo Complementar.
 - b) o Instituto Nacional de Recursos Naturais – INRENA, como responsável pela execução das ações resultantes do presente Acordo Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) o Ministério das Relações Exteriores como responsável pela coordenação e seguimento do presente Acordo Complementar e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, pela avaliação e implementação das ações resultantes.
 - b) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, como responsável pela execução das ações resultantes do presente Acordo Complementar.

ARTIGO III

A fim de lograr o objetivo estabelecido no presente Acordo Complementar, as Partes perseguirão os seguintes objetivos específicos:

- a) fortalecer e incentivar a preparação e a capacitação dos recursos humanos dedicados à gestão dos recursos naturais e proteção do meio ambiente;
- b) apoiar o robustecimento das instituições públicas e privadas que atuem em programas relacionados com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e o meio ambiente;
- c) promover e desenvolver atividades de pesquisa e consultoria conducentes ao melhoramento das atividades relativas ao manejo dos recursos naturais e do meio ambiente;
- d) ampliar o conhecimento sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente via intercâmbio de experiências adquiridas, envolvendo a participação ativa de autoridades nacionais, locais, regionais, assim como a população em geral;

- e) implementar um sistema de comunicação e informação interinstitucional que promova a eficiência na gestão dos recursos naturais renováveis, assim como na supervisão e controle dos mesmos;
- f) fortalecer a cooperação entre os países da bacia amazônica, com vistas a potencializar sua participação nos acordos internacionais sobre recursos naturais e meio ambiente.

ARTIGO IV

1. As entidades executoras elaborarão, em conjunto, propostas de projetos, detalhando os objetivos, a justificativa, os custos, os esquemas de financiamento, os prazos de execução e as demais condições.

2. As propostas deverão ser apresentadas pelas unidades executoras às entidades de coordenação em seus respectivos Países, indicadas no Artigo II do presente Acordo Complementar, antes de serem incorporadas aos programas anuais de cooperação que se acordarem entre as Partes.

ARTIGO V

O presente Acordo Complementar desenvolverá as seguintes modalidades de cooperação entre as Partes:

- a) intercâmbio, visitas e capacitação em gestão dos recursos naturais e meio ambiente de técnicos e especialistas, principalmente nas seguintes áreas:
 - conservação da biodiversidade;
 - promoção do ecoturismo;
 - desenvolvimento do setor florestal;
 - reflorestamento;
 - controle do tráfico de espécies da fauna e da flora;
 - controle do comércio ilegal de madeiras;
 - proteção ambiental;
 - gestão de áreas naturais protegidas;
 - gestão e manejo dos recursos hídricos;
 - coleta de dados sobre recursos naturais e sensoriamento remoto;
 - pesquisa e manejo da fauna silvestre amazônica;
 - difusão de dados.
- b) pesquisa e desenvolvimento:

- pesquisa sobre recursos naturais para promover o desenvolvimento;
- comunicação e informação;
- valorização econômica dos recursos naturais renováveis da Amazônia.

c) fortalecimento das instituições:

- organização e implementação de atividades com participação da sociedade civil;
- integração na região de fronteira;
- competitividade no aproveitamento dos recursos naturais renováveis.

d) supervisão e controle a respeito do cumprimento das normas ambientais e relativas aos recursos naturais renováveis:

- elaboração e atualização de um manual sobre normas de procedimento;
- cumprimento de acordos internacionais, como o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Silvestres da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção (CITES), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), entre outros;
- desenvolvimento de uma estratégia de integração no campo social, econômico e ambiental na região da fronteira.

e) financiamento:

- gestão conjunta da cooperação internacional, por meio das entidades de coordenação em cada país, indicadas no Artigo II do presente Acordo Complementar;
- formulação e apresentação de projetos de caráter bilateral junto às agências de cooperação e às instituições financeiras internacionais, por meio das entidades de coordenação em cada país, indicadas no Artigo II do presente Acordo Complementar;
- promover alianças estratégicas, especialmente no seio do setor privado, que gerem investimentos nas cadeias produtivas.

ARTIGO VI

1. Para a administração do presente Acordo Complementar, serão designados funcionários de ligação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - e do Instituto de Recursos Naturais do

Peru – INRENA, responsáveis pela execução das ações resultantes do presente Acordo Complementar.

2. Os funcionários serão nomeados oficialmente pelos Presidentes de cada instituição. Esses funcionários serão encarregados da:

- gestão do Acordo Complementar;
- apresentação de instrumentos específicos;
- execução dos instrumentos;
- definição e supervisão de suas metas.

ARTIGO VII

1. As atividades desenvolvidas serão objeto de instrumentos específicos, assinados em cada caso, com o conhecimento prévio dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

2. Estes instrumentos serão propostos, conjuntamente, pelos funcionários de ligação de ambas as instituições, e, em seguida, levados por escrito aos Presidentes do IBAMA e do INRENA, que, em caso de aceitação, subscreverão os referidos instrumentos.

ARTIGO VIII

1. Os custos para a implementação das atividades mencionadas no Artigo III do presente Acordo Complementar serão compartilhados entre as Partes, sem prejuízo de que as mesmas procurem fontes adicionais de financiamento.

2. Uma vez aprovado um projeto conjunto, será necessário o expreso consentimento de ambas as Partes para promover e solicitar a participação e financiamento de organismos internacionais e de terceiros países no referido projeto.

ARTIGO IX

1. As entidades executoras elaborarão informações semestrais dos resultados obtidos nos projetos e atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo Complementar, as quais serão apresentadas às entidades coordenadoras.

2. Por ocasião das reuniões bilaterais de cooperação técnica, as entidades executoras do presente Acordo Complementar serão convocadas para apresentar os resultados alcançados.

3. Por ocasião das reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Meio Ambiente, as Partes deste Acordo Complementar passarão em revista todos os temas relacionados com o mesmo.

4. Os documentos resultantes dos projetos desenvolvidos no contexto do presente Acordo Complementar serão de propriedade de ambas as Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho serão elaborados em idioma oficial do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, dever-se-á fazer clara referência às Partes e ao Acordo Complementar.

ARTIGO X

Todas as atividades mencionadas neste Acordo Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigência na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

ARTIGO XI

1. Este Acordo Complementar terá vigência a partir da data de recepção da última Nota Diplomática por meio da qual as Partes comuniquem que foram cumpridos os requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

2. A vigência do presente Acordo Complementar é indefinida e durará até seis meses após a data em que seja denunciado por escrito por uma das Partes.

3. A denúncia do presente Acordo Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

ARTIGO XII

As Partes poderão, de comum acordo e por intercâmbio de Notas Diplomáticas, emendar o presente Acordo Complementar. As emendas que afetem a natureza do Acordo Complementar deverão seguir o mesmo procedimento de sua entrada em vigor.

ARTIGO XIII

Qualquer controvérsia acerca da interpretação ou aplicação do presente Acordo Complementar será resolvida pela negociação entre as Partes por via diplomática.

ARTIGO XIV

Para as questões não previstas neste Acordo Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975.

Assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU

MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA
Y CIENTÍFICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ EN EL ÁREA
DE RECURSOS NATURALES Y MEDIO AMBIENTE

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Perú
(en adelante denominadas “las Partes”),

CONSIDERANDO

Que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Perú, suscrito el ocho de octubre de 1975;

El Acuerdo para la Conservación de la Flora y Fauna de los Territorios Amazónicos de la República Federativa del Brasil y la República del Perú, suscrito en noviembre de 1975;

Que existe interés común en acelerar el desarrollo económico y social de ambos Países basado en el mejor aprovechamiento de sus recursos naturales;

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO I

El presente Acuerdo Complementario tiene por objetivo establecer las bases y mecanismos de cooperación interinstitucional como parte del proceso de integración subregional, a fin de contribuir a un mejor aprovechamiento de los recursos naturales renovables de ambos Países con la finalidad de acelerar el desarrollo social y económico, preservando el medio ambiente y los ecosistemas amazónicos.

ARTÍCULO II

1. El Gobierno del Perú designa:
 - a) a la Agencia Peruana de Cooperación Internacional –APCI-, como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario.
 - b) al Instituto Nacional de Recursos Naturales –INRENA-, como responsable de la ejecución de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:
 - a) al Ministerio de Relaciones Exteriores como responsable de la coordinación y seguimiento de este Acuerdo Complementario; y, a la Agencia Brasileña de Cooperación –ABC- de la evaluación e implementación de las acciones resultantes.
 - b) al Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables –IBAMA- como responsable de la ejecución de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario.

ARTÍCULO III

A fin de lograr el objetivo planteado en el presente Acuerdo Complementario, las Partes fomentarán los siguientes objetivos específicos:

- a) fortalecer e impulsar la preparación y capacitación de los recursos humanos dedicados a la gestión de los recursos naturales y protección del medio ambiente;
- b) apoyar el reforzamiento de las instituciones públicas y privadas que trabajan en programas relacionados con el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, la conservación de la biodiversidad y del medio ambiente;
- c) promover y desarrollar la investigación y consultoría conducentes al mejoramiento de las actividades relacionadas al manejo de los recursos naturales y medio ambiente;
- d) ampliar el conocimiento sobre el manejo de los recursos naturales y la protección del medio ambiente vía el intercambio de experiencias adquiridas que involucre la participación activa de autoridades nacionales, locales, regionales, así como la población en general;

- e) implementar un sistema de comunicación e información interinstitucional que promueva la eficiencia en la gestión de los recursos naturales renovables, así como en la supervisión y control de los mismos.

- f) fortalecer la cooperación entre los países de la cuenca amazónica, con miras a potenciar su participación en los acuerdos internacionales sobre recursos naturales y medio ambiente.

ARTÍCULO IV

1. Las entidades ejecutoras elaborarán, conjuntamente, propuestas de proyectos, detallando los objetivos, justificación, costos, esquemas de financiamiento, plazos de ejecución y demás condiciones.

2. Las propuestas serán presentadas por las unidades ejecutoras a las entidades de coordinación en sus respectivos Países señaladas en el Artículo II del presente Acuerdo Complementario, las cuales serán incorporadas en los programas anuales de cooperación que se acuerden entre las Partes.

ARTÍCULO V

El presente Acuerdo Complementario desarrollará las siguientes modalidades para la cooperación entre las Partes:

- a. Intercambio, visitas y capacitación en gestión de recursos naturales y medio ambiente de técnicos y especialistas, principalmente en las siguientes áreas:
 - conservación de la biodiversidad;
 - promoción del ecoturismo;
 - desarrollo del sector forestal;
 - reforestación;
 - control de tráfico de especies de flora y fauna;
 - control del comercio ilegal de maderas;
 - protección ambiental;
 - gestión de áreas naturales protegidas;
 - gestión y manejo de recursos hídricos;
 - información de recursos naturales y teledetección;
 - investigación y manejo de fauna silvestre amazónica;
 - difusión de información.

b) Investigación y desarrollo:

- investigación de recursos naturales para impulsar el desarrollo, comunicación e información, y,
- valorización económica de los recursos naturales renovables de la Amazonía.

c. Reforzamiento de instituciones:

- organización e implementación de actividades con participación de la sociedad civil; integración en la región fronteriza; y,
- competitividad en el aprovechamiento de los recursos naturales renovables.

d. Supervisión y control del cumplimiento de la normatividad ambiental y de recursos naturales renovables:

- elaboración y actualización de un manual sobre normas de procedimiento;
- cumplimiento de acuerdos internacionales, como el Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), el Convenio de la Diversidad Biológica (CDB), la Convención sobre Comercio Internacional de Especies Silvestres de Flora y Fauna Amenazadas de Extinción (CITES), la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (UNFCCC), entre otros; y,
- desarrollo de una estrategia de integración en el campo social, económico y ambiental en la región fronteriza.

e. Financiamiento:

- gestión conjunta ante la cooperación internacional, a través de las entidades de coordinación en cada País señaladas en el Artículo II del presente Acuerdo Complementario,
- formulación y presentación de proyectos de carácter binacional ante la cooperación y organismos internacionales a través de las entidades de coordinación en cada País señaladas en el Artículo II del presente Acuerdo Complementario; y,
- promover alianzas estratégicas, especialmente dentro del sector privado, que promuevan inversiones dentro de las cadenas de valor.

ARTÍCULO VI

1. Para la administración del presente Acuerdo Complementario, se designará un funcionario de enlace en el Instituto Brasileño de Medio Ambiente y

Recursos Naturales Renovables –IBAMA -; y, en el Instituto Nacional de Recursos Naturales del Perú –INRENA -, responsables de la ejecución de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. Cada funcionario será nombrado por el Jefe de cada institución a través de los canales oficiales. Estos funcionarios estarán a cargo de:

- la gestión del Acuerdo Complementario;
- la presentación de convenios específicos;
- la ejecución de los acuerdos; y,
- la definición y supervisión de sus metas.

ARTÍCULO VII

1. Las actividades a ser desarrolladas serán objeto de convenios específicos que se suscriban para cada caso, con el previo conocimiento de los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores.

2. Estos serán propuestos conjuntamente por los representantes de ambas instituciones, serán elevados por escrito tanto al Presidente del IBAMA como al Jefe del INRENA, quienes podrán delegar atribuciones en los funcionarios que designen y, en caso de aceptación, suscribirán los referidos convenios en señal de conformidad.

ARTÍCULO VIII

1. Los costos para la implementación de las actividades mencionadas en el Artículo III del presente Acuerdo Complementario serán compartidos entre las Partes, sin perjuicio de que las mismas busquen fuentes adicionales de financiamiento.

2. Una vez aprobado un proyecto conjunto, será necesario el expreso consentimiento de ambas Partes para promover y solicitar la participación y financiamiento de organismos internacionales o de terceros países en dicho proyecto.

ARTÍCULO IX

1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales de los resultados obtenidos en los proyectos y actividades desarrollados en el marco de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las entidades coordinadoras.

2. Con ocasión de las reuniones bilaterales de cooperación técnica, las entidades ejecutoras del presente Acuerdo Complementario serán convocadas para presentar los resultados alcanzados.

3. En ocasión de las reuniones del Grupo de Trabajo Brasil-Perú sobre Medio Ambiente, las Partes de este Acuerdo Complementario revisarán todos los temas relacionados al mismo.

4. Los documentos resultantes de los proyectos desarrollados en el contexto del presente Acuerdo Complementario serán de propiedad de ambas Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo serán elaborados en el idioma oficial del País de origen del trabajo. En caso de publicación de dichos documentos, se deberá hacer clara referencia a las Partes y al Acuerdo Complementario.

ARTÍCULO X

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario, estarán sujetas a las Leyes y Reglamentos en vigencia en la República Federativa del Brasil y en la República del Perú.

ARTICULO XI

1. Este Acuerdo Complementario tendrá vigencia a partir de la fecha de recepción de la última Nota Diplomática mediante la cual las Partes se comuniquen que han cumplido con sus disposiciones legales internas para su entrada en vigor.

2. La vigencia del presente Acuerdo Complementario es indefinida y durará hasta seis meses después de la fecha en que fuera denunciado, por escrito, por una de las Partes.

3. La denuncia del presente Acuerdo Complementario no afectará las actividades que se encuentran en ejecución en el ámbito del proyecto en cuestión, salvo cuando las Partes establecieren lo contrario.

ARTICULO XII

Las Partes podrán, de común acuerdo y por intercambio de Notas Diplomáticas, enmendar el presente Acuerdo Complementario. Las enmiendas que afecten la naturaleza del Acuerdo Complementario deberán seguir el mismo procedimiento de su entrada en vigor.

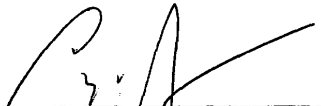
ARTICULO XIII

Cualquier controversia sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo Complementario será resuelta por negociación entre las Partes por vía diplomática.

ARTICULO XIV

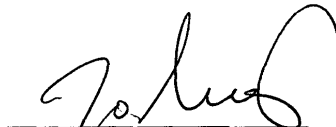
Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Perú, suscrito en Brasilia, el ocho de octubre de 1975.

Hecho en Brasilia, el veinte de agosto de dos mil cuatro, en dos ejemplares originales, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente válidos.



POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

CELSO AMORIM
MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES



POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA DEL PERÚ

MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

[TRANSLATION – TRADUCTION]

SUPPLEMENTARY AGREEMENT IN THE AREA OF NATURAL RESOURCES AND THE ENVIRONMENT TO THE BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL AND SCIENTIFIC COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru (hereinafter referred to as “the Parties”),

Considering:

That relations of cooperation between them have been strengthened and supported by the Basic Agreement on Technical and Scientific Co-operation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru, signed on 8 October 1975,

The Agreement for the Conservation of the Flora and Fauna of the Amazonian Territories of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru, signed in November 1975, and

That they have a common interest in accelerating the economic and social development of both countries based on better utilization of their natural resources,

Agree as follows:

Article I

The present Supplementary Agreement is intended to establish the bases and mechanisms for inter-agency cooperation as part of the process of sub-regional integration in order to contribute to better utilization of the renewable natural resources of both countries with a view to accelerating their economic and social development and preserving the Amazonian environment and ecosystems.

Article II

1. The Government of Peru designates:

(a) The Peruvian Agency for International Cooperation (APCI) as the party responsible for coordination, monitoring and evaluation of activities arising from this Supplementary Agreement.

(b) The National Natural Resources Institute (INRENA) as the party responsible for the execution of activities arising from this Supplementary Agreement.

2. The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

(a) The Ministry of External Affairs as the party responsible for coordination, monitoring and evaluation of this Supplementary Agreement; and the Brazilian Cooperation

Agency (ABC) as the party responsible for evaluation and implementation of resulting activities.

(b) The Brazilian Institute for Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) as the party responsible for the execution of activities resulting from this Supplementary Agreement.

Article III

In order to achieve the goal established by this Supplementary Agreement, the Parties shall pursue the following specific objectives:

(a) Strengthen and promote the preparation and training of human resources devoted to the management of natural resources and protection of the environment;

(b) Support the strengthening of public and private institutions working on programmes related to the sustainable use of natural resources, the conservation of biodiversity and the environment;

(c) Promote and develop research and consultancy conducive to the improvement of activities related to the management of natural resources and the environment;

(d) Expand knowledge about the management of natural resources and protection of the environment through the exchange of experiences acquired involving the active participation of national, local and regional authorities, as well as the population in general;

(e) Implement a system of inter-institutional communication and information that promotes efficiency in the management of renewable natural resources and in the monitoring and control of the same;

(f) Strengthen cooperation between the countries of the Amazon basin, with a view to enhancing their participation in international agreements concerning natural resources and environment.

Article IV

1. The executing agencies shall jointly prepare project proposals, specifying goals, rationales, costs, financing arrangements, timetables of execution and other conditions.

2. The proposals shall be submitted by the executing agencies to the coordination bodies in their respective countries as indicated in Article II of this Supplementary Agreement, and said proposals shall be included in annual programmes of cooperation agreed between the Parties.

Article V

This Supplementary Agreement shall develop the following modalities for cooperation between the Parties:

(a) Exchanges, visits and training in natural resource management and environment by technicians and specialists, mainly in the following areas:

- Conservation of biodiversity;

- Promoting ecotourism;
- Development of the forestry sector;
- Reforestation;
- Control of trafficking in flora and fauna;
- Control of illegal timber trade;
- Environmental protection;
- Management of protected areas;
- Water resource management;
- Natural resource information and remote sensing;
- Amazonian wildlife research and management;
- Dissemination of information.

(b) Research and development:

- Research on natural resources in order to promote development, communication and information; and
- Economic use of renewable natural resources in the Amazon region.

(c) Strengthening institutions

- Organizing and implementing activities with the involvement of civil society;
- Integration in the border area; and
- Competitiveness in the use of renewable natural resources.

(d) Monitoring and control of compliance with regulations governing the environment and renewable natural resources:

- development and updating of a manual on procedures;
- observance of international agreements, such as the Treaty for Amazonian Cooperation (TAC), the Convention on Biological Diversity (CBD), the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES), the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), inter alia; and
- development of a strategy for social, economic and environmental integration in the border area.

(e) Financing:

- joint management in keeping with international cooperation, through the country coordinating agencies referred to in Article II of this Supplementary Agreement;,
- formulation and presentation of bi-national projects vis-à-vis international cooperation bodies through the coordinating agencies of each country as indicated in Article II of this Supplementary Agreement; and
- promoting strategic alliances, especially in the private sector, to promote investments in value chains.

Article VI

1. For the administration of this Supplementary Agreement, a liaison officer shall be designated in the Brazilian Institute for Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) and in the National Natural Resources Institute (INRENA) of Peru which shall be responsible for the implementation of the activities resulting from this Supplementary Agreement.

2. Each officer shall be appointed by the head of each institution through official channels. These officers shall be in charge of:

- management of the Supplementary Agreement;
- presentation of specific agreements;
- execution of agreements; and
- definition and monitoring of goals.

Article VII

1. The activities to be carried out shall be the subject of specific agreements to be signed in each case, with prior notice thereof being given to the respective Ministries of Foreign Affairs.

2. Said agreements shall be jointly proposed by the representatives of both institutions, and shall be submitted in writing to the President of IBAMA and the Head of INRENA, who may delegate functions to such officers as they may designate and, if the agreements are approved, shall indicate acceptance of said agreements by signing them.

Article VIII

1. Costs for the implementation of the activities referred to in Article III of this Supplementary Agreement shall be shared by the Parties, without prejudice to their seeking additional sources of financing.

2. Once a joint project has been approved, the express consent of both Parties shall be necessary in order to request participation in and funding for said project by international organizations or third countries.

Article IX

1. The executing agencies shall prepare semi-annual reports on the results of the projects and activities carried out under this Supplementary Agreement, which will be presented to the coordinating agencies.

2. On the occasion of bilateral technical cooperation meetings, the executing agencies of this Supplementary Agreement shall be convened to discuss results achieved.

3. On the occasion of meetings of the Brazil-Peru Environment Working Group, the Parties to this Supplementary Agreement shall review all issues related to it.

4. The documents resulting from projects pursued in the context of this Supplementary Agreement shall be the property of both Parties. The official version of the documents will be drawn up in the official language of the country of origin of the work. In case of publication of these documents, clear reference should be made to the Parties and the Supplementary Agreement.

Article X

All activities mentioned in this Supplementary Agreement shall be subject to the laws and regulations in force in the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru.

Article XI

1. This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of receipt of the last diplomatic note whereby the Parties inform each other that they have completed the internal legal provisions for its entry into force.

2. This Agreement shall be of indefinite duration and shall remain in effect for six months following the date of its termination, in writing, by either Party.

3. Termination of this Supplementary Agreement shall not affect activities that are under way in the area in question, unless otherwise provided by the Parties.

Article XII

The Parties may, by mutual agreement, amend the present Supplementary Agreement through exchange of diplomatic notes. Amendments affecting the nature of the Supplementary Agreement must follow the same procedure as that followed for its entry into force.

Article XIII

Any dispute concerning the interpretation or application of this Supplementary Agreement shall be resolved by negotiation between the Parties through diplomatic channels.

Article XIV

For matters not provided for in this Supplementary Agreement, the provisions of the Basic Agreement on Technical and Scientific Co-operation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru, signed in Brasilia on 8 October 1975, shall apply.

DONE in Brasilia on 20 August 2004, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Peru:

MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
Minister of Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD COMPLÉMENTAIRE DANS LE DOMAINE DES RESSOURCES NATURELLES ET DE L'ENVIRONNEMENT À L'ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ET SCIENTIFIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou (ci-après dénommés « les Parties »),

Considérant :

Que leurs relations de coopération se sont renforcées et développées grâce à l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou, signé le 8 octobre 1975,

L'Accord relatif à la conservation de la flore et de la faune dans les territoires amazoniens de la République fédérative du Brésil et de la République du Pérou, signé en novembre 1975, et

Qu'il est de leur intérêt commun d'accélérer le développement économique et social de leurs pays en s'appuyant sur une meilleure exploitation de leurs ressources naturelles,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Le présent Accord complémentaire a pour objet d'établir les fondements et les mécanismes de la coopération interinstitutionnelle dans le cadre du processus sous-régional d'intégration, en vue d'encourager une meilleure exploitation des ressources naturelles renouvelables des deux pays afin d'accélérer le développement économique et social tout en préservant l'environnement et les écosystèmes amazoniens.

Article II

1. Le Gouvernement du Pérou désigne :

a) L'Agence péruvienne de coopération internationale (APCI) comme responsable de la coordination, du suivi et de l'évaluation des actions découlant du présent Accord complémentaire.

b) L'Institut national des ressources naturelles (INRENA) comme responsable de la mise en œuvre des actions découlant du présent Accord complémentaire.

2. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) Le ministère des Affaires étrangères comme responsable de la coordination et du suivi du présent Accord complémentaire; et l'Agence brésilienne de coopération (ABC) comme responsable de l'évaluation et de la mise en œuvre des actions qui en découlent.

b) L'Institut brésilien de l'environnement et des ressources naturelles renouvelables (IBAMA) comme responsable de la mise en œuvre des actions découlant du présent Accord complémentaire.

Article III

Pour atteindre l'objectif énoncé dans le présent Accord complémentaire, les Parties doivent promouvoir les objectifs spécifiques suivants :

a) Renforcer et promouvoir la préparation et la formation des ressources humaines chargées de la gestion des ressources naturelles et de la protection de l'environnement;

b) Encourager le renforcement des institutions publiques et privées travaillant sur des programmes liés à l'utilisation durable des ressources naturelles et à la protection de la biodiversité et de l'environnement;

c) Promouvoir et développer la recherche et l'expertise visant à améliorer les activités liées à la gestion des ressources naturelles et de l'environnement;

d) Accroître les connaissances sur la gestion des ressources naturelles et la protection de l'environnement par le biais d'un échange d'expériences impliquant la participation active des autorités nationales, locales, régionales, ainsi que la population en général;

e) Mettre en place un système interinstitutionnel de communication et d'information qui favorise la gestion, la surveillance et le contrôle efficaces des ressources naturelles renouvelables;

f) Renforcer la coopération entre les pays du bassin de l'Amazone, dans le but d'accroître leur participation aux accords internationaux sur l'environnement et les ressources naturelles.

Article IV

1. Les agences d'exécution élaborent conjointement des propositions de projet, en précisant les objectifs, la justification, les coûts, les modalités de financement, les délais d'exécution et autres conditions.

2. Les propositions sont présentées par les agences d'exécution, dans leurs pays respectifs, aux agences de coordination visées à l'article II du présent Accord complémentaire, et sont intégrées aux programmes annuels de coopération convenus entre les Parties.

Article V

Le présent Accord complémentaire établit les modalités suivantes de coopération entre les Parties :

a) Échanges, visites et formations en gestion des ressources naturelles et de l'environnement pour les techniciens et les spécialistes, principalement dans les domaines suivants :

- conservation de la biodiversité;
- promotion de l'écotourisme;

- développement du secteur forestier;
- reboisement;
- contrôle de la circulation des espèces de la flore et de la faune;
- contrôle du commerce illicite de bois;
- protection de l'environnement;
- gestion des aires naturelles protégées;
- gestion et utilisation des ressources en eau;
- information sur les ressources naturelles et télédétection;
- recherche sur et gestion de la faune sylvestre amazonienne;
- diffusion de l'information.

b) Recherche et développement :

- recherche sur les ressources naturelles afin de favoriser le développement, la communication et l'information; et
- meilleure utilisation économique des ressources naturelles renouvelables de l'Amazonie.

c) Renforcement des institutions :

- organisation et mise en œuvre d'activités avec la participation de la société civile;
- intégration dans la région frontalière; et
- utilisation compétitive des ressources naturelles renouvelables.

d) Surveillance et contrôle de l'application de la réglementation environnementale et des ressources naturelles renouvelables :

- élaboration et mise à jour d'un manuel sur le règlement intérieur;
- respect d'accords internationaux tels que le Traité en vue de la coopération amazonienne (TCA), la Convention sur la diversité biologique (CBD), la Convention sur le commerce international des espèces de faune et de flore sauvages menacées d'extinction (CITES), la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques (CCNUCC), entre autres; et
- élaboration d'une stratégie d'intégration dans les domaines social, économique et environnemental dans la région frontalière.

e) Financement :

- gestion conjointe en matière de coopération internationale, par le biais des agences de coordination de chaque pays visées à l'article II du présent Accord complémentaire;
- préparation et présentation de projets binationaux en matière de coopération internationale et auprès des organisations internationales, par le biais des agences de coordination de chaque pays visées à l'article II du présent Accord complémentaire; et
- promotion d'alliances stratégiques, en particulier dans le secteur privé, afin de promouvoir l'investissement dans les chaînes de valeur.

Article VI

1. Aux fins de l'application du présent Accord complémentaire, un agent de liaison de l'Institut brésilien de l'environnement et des ressources naturelles renouvelables (IBAMA) et de l'Institut national des ressources naturelles du Pérou (INRENA) seront nommés responsables de l'exécution des actions découlant du présent Accord complémentaire.

2. Chacun des agents est nommé par le directeur de chaque institution par les voies officielles. Ces agents seront responsables de :

- la gestion de l'Accord complémentaire;
- la présentation d'accords spécifiques;
- l'exécution des accords; et
- la définition et le suivi de leurs objectifs.

Article VII

1. Les activités à réaliser font l'objet d'accords spécifiques signés au cas par cas, avec l'accord préalable des Ministères des Affaires étrangères respectifs.

2. Lesdits accords sont proposés conjointement par les représentants des deux institutions et présentés par écrit au président de l'IBAMA et au directeur de l'INRENA, ces derniers pouvant nommer des fonctionnaires responsables et qui souscrivent auxdits accords s'ils sont acceptés.

Article VIII

1. Les coûts de mise en œuvre des activités énumérées à l'article III du présent Accord complémentaire sont répartis entre les Parties, qui peuvent également chercher d'autres sources de financement.

2. Lors de l'approbation d'un projet commun, il convient d'obtenir le consentement des deux Parties avant de promouvoir le projet et de solliciter une participation ou un financement auprès d'organisations internationales ou de pays tiers.

Article IX

1. Les agences d'exécution préparent des rapports semestriels sur les résultats des projets et des activités menés en vertu du présent Accord complémentaire, qui sont ensuite présentés aux agences de coordination.

2. Les agences d'exécution du présent Accord complémentaires sont invitées aux réunions bilatérales de coopération technique afin de présenter les résultats obtenus.

3. Lors des réunions du Groupe de travail sur l'environnement Brésil-Pérou, les Parties au présent Accord complémentaire doivent examiner toutes les questions qui s'y rapportent.

4. Les documents découlant des projets développés dans le cadre du présent Accord complémentaire sont la propriété des deux Parties. La version officielle des documents de

travail est rédigée dans la langue officielle du pays d'origine du document. En cas de publication desdits documents, il convient de faire clairement référence aux Parties ainsi qu'au présent Accord complémentaire.

Article X

Toutes les activités mentionnées dans le présent Accord complémentaire sont soumises aux lois et règlements en vigueur sur le territoire de la République fédérative du Brésil et de la République du Pérou.

Article XI

1. Le présent Accord complémentaire prendra effet à partir de la date de réception de la dernière note diplomatique dans laquelle les Parties se notifient mutuellement l'accomplissement des formalités prévues par leur législation interne nécessaires à son entrée en vigueur.

2. Le présent Accord demeurera en vigueur pour une durée illimitée et prendra fin six mois après la date à laquelle il aura été dénoncé par écrit par l'une ou l'autre des Parties.

3. La dénonciation du présent Accord complémentaire n'affectera pas les activités en cours dans le cadre d'un projet, à moins que les Parties n'en décident autrement.

Article XII

Les Parties peuvent, d'un commun accord et par le biais d'un échange de notes diplomatiques, amender le présent Accord complémentaire. Les amendements concernant la nature du présent Accord complémentaire doivent suivre la même procédure que celle de son entrée en vigueur.

Article XIII

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord complémentaire sera réglé par le biais de négociations entre les Parties, par la voie diplomatique.

Article XIV

Les dispositions l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou, signé à Brasilia le 8 octobre 1975, s'appliquent aux questions exclues du cadre du présent Accord complémentaire.

FAIT à Brasilia, le 20 août 2004, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la république fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM
Ministre des affaires étrangères

Pour le Gouvernement de la république du Pérou :

MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
Ministre des affaires étrangères